

Apresentação do Dossiê

Dossiê temático: em defesa da educação democrática

Ana Claudia Da Silva Rodrigues (Ufpb)

Maria Luiza Sússekkind (Unirio)

A defesa da democracia e de uma educação democrática é mais atual que desejamos. Sendo assim, se torna urgente. Diante do irrealizável projeto de modernidade e das permanentes e múltiplas formas de injustiça e violências na contemporaneidade vimos assistindo manifestações de impudicos neofascismos, a banalização do ódio e exacerbação de ressentimentos sociais históricos, o crescimento dos fundamentalismos, do racismo, de amplas formas de fortalecimento do heteropatriarcado que reforçam laços improváveis com novas formas de capitalismo. “Assumindo que fomos surpreendidos por algo que não esperávamos viver nem sofrer” (OLIVEIRA; SUSSEKIND, 2018, p. 4) nós, professores, trabalhadores da educação, nos indagamos: como pensar a contemporaneidade? Como agir diante da criminalização do conhecimento? Como praticar uma educação democrática no chão-da-escola, nas universidades, museus se estamos sendo atingidos por um tsunami que “já vinha se formando na fenda de um relevo muito antigo: um Brasil-colonial-escravista-heteropatriarcal” (p. 4)?

A defesa política incansável da educação democrática nos des-loca na direção de estudos e teorias que renunciam a explicações, diagnósticos e caminhos únicos e, ainda, à epistemologia hegemônica. Pois é com foco nesse compromisso que as pessoas, professoras, pesquisadoras, organizadoras desse dossiê intitulado EM DEFESA DA EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA, apresentam com a REVISTA LINGUAGENS, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE da Universidade Federal do Piauí um robusto número temático.

A defesa da democracia, também como autonomia, liberdade, e ética na pesquisa e escrita acadêmica, nos impôs organizar um dossiê que além de tematizar a defesa da educação democrática precisava praticar essa defesa tanto no sentido de garantir a diversidade de autores, de instituições, de parcerias interinstitucionais, de experiências nacionais e internacionais, bem como a diversidade teórica, metodológica, epistemológica e, acima de qualquer coisa, a própria diversidade de abordagens do que é educação democrática. É nesse sentido que esse dossiê foi configurado. Merece atenção o grande número de artigos recebidos, inclusive estrangeiros, que reforça ainda mais a importância da publicação diante do contexto sociopolítico de ameaça à democracia, às instituições democráticas e aos direitos tidos como fundamentais que vivemos global e localmente. O número de artigos também nos desafia à publicação de uma continuidade do dossiê no próximo número da REVISTA LINGUAGENS, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE devido ao excesso de páginas. Oferecemos ao leitor uma publicação que mais do que analisar, sob diversos prismas o contexto atual entende a importância de propor a educação democrática, entender e desinvisibilizar as possibilidades democráticas que já existem no nosso presente, no nosso cotidiano e na nossa história sob diferentes abordagens teóricas, epistemológicas e identitárias. O que os levou também a enfrentar a centralidade da tradução oferecendo ao leitor um texto traduzido, um bilíngue e um terceiro em espanhol.

A defesa da educação democrática tem nos exigido abrir mão de modelos fixos, de respostas únicas assumindo que “a mais perigosa armadilha é aquela que possui a aparência de uma ferramenta de emancipação” (COUTO, 2009, p. 97) e que, nesse sentido, conforme afirmam Thalles Cruz e Elizabeth Macedo no texto que abre nossos debates, “a resistência não é contingente, mas sim ontológica, constituindo a disputa na arena pública tanto em relação a projetos considerados progressistas/desconstrucionistas como àqueles projetos conservadores.”.

Em **A DIFERENÇA RESISTE À DE(S) MOCRATIZAÇÃO**, os autores **Thalles do Amaral de Souza Cruz** (UFRJ) e **Elizabeth Macedo** (UERJ) apontam que a legitimação, principalmente a partir de processos eleitorais, de discursos antidemocráticos, explicitamente discriminatórios, excludentes e autoritários tem os levados a um período pós-democrático ou ainda de de(s)mocratização, o que afeta também o campo educacional. Assim, analisam políticas públicas educacionais brasileiras dos últimos anos – entendidas aqui também como políticas de subjetivação, ou ainda, como prática de governamentalização – que reiteraram uma tradição educacional baseada nos Direitos Humanos, estando assim na defesa e construção da democracia. Argumentam que tais políticas têm se constituído como alvos principais de uma racionalidade neoliberal antidemocrática, expressa numa rede de articulação de demandas do capital, de atores religiosos conservadores, assim como de grupos militares. Desta forma, além de significar as recentes ações conservadoras como uma reação à implementação de políticas redistributivas e de reconhecimento da alteridade, os autores trazem teorias de Laclau e Butler para entender éso projeto que parece se hegemonizar.

A seguir, **Maria Luiza Sússekind** (UNIRIO) e **Maria Dilméia Espíndola Fernandes** (UFMS) trazem relato sobre a disputa por um projeto de educação que, conseqüentemente, remonta à disputa por um projeto de sociedade no questionamento das políticas de currículos nacionais, em **OS DEBATES SOBRE OS CURRÍCULOS NACIONAIS E A DEFESA DA EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA**. Ambos os textos dialogam intensamente com o artigo bilíngüe de João M. Paraskeva (UMASS, EUA) que coteja o contexto atual da globalização capitalista sublinhando seus aspectos catastróficos para as democracias, para a busca de equidade, justiça e para os currículos. Apresenta e analisa o crescimento da extrema direita em diversos países a partir de sua conexão inexorável com o pensamento abissal, com os epistemicídios e com a crise que move incessantemente o capitalismo. Ao se perguntar **O QUE ACONTECEU COM A TEORIA CRÍTICA (DO CURRÍCULO)? E, defender A NECESSIDADE DE IR ALÉM DA RAIVA NEOLIBERAL SEM EVITÁ-LA** Paraskeva, moçambicano-português-americano, valoriza teorias implicadas em processos de desvinculação da colonialidade e da modernidade. Ajuda-nos assim a entender como é crucial questionar as verdadeiras cores epistemológicas de nossa batalha por uma educação e uma sociedade justas.

A defesa da educação democrática embarca num primeiro, proposital, abalroamento temático; a questão do campo. **EDUCAÇÃO DO CAMPO NOS ÚLTIMOS 20 ANOS: CONQUISTAS, RETROCESSOS E RESISTÊNCIAS** analisa como os movimentos sociais populares do campo impulsionaram as discussões de políticas públicas destinadas às escolas do campo e aponta a construção de ações em prol da educação do campo na agenda governamental no período de 1998 a 2016, com conquistas legais significativas,

resultantes de embates entre os movimentos sociais e o governo federal. **Lucinete Gadelha da Costa** (UEA), **Ana Cláudia da Silva Rodrigues** (UFPB) e **Lucielio Marinho da Costa** (UFPB) nos alertam sobre incertezas e ameaças anotando que após afastamento da presidente da República, Dilma Rousseff, 2016 a 2018, estabelece-se um período de latência que propicia a nova estrutura da educação no Brasil, efetivada através do Decreto nº 9.665, de 02 de janeiro de 2019, que excluiu a Secretaria da Educação do Campo da estrutura governamental, denotando a necessidade de novos estudos para verificação das consequências desta ação.

Nessa direção, trazemos a preciosa contribuição de **Roser Boix Tomàs** (Facultat Educació Universitat Fernade Barcelona) e **Josep Rius Roig** (Escuela Virolai de la Zona Escolar Rural (ZER) El Cep de Sis) ao analisarem **MODELOS PEDAGÓGICOS EM LA ESCUELA RURAL PARA VIVIR LA DEMOCRACIA** onde o trabalho colaborativo e as estratégias participativas favorecem a vivência dos valores plurais, humanos e inclusivos na escola e ademais respondem a abordagens de justiça social, igualdade, equidade e participação, compartilhando-as com a comunidade de educação rural em todos os aspectos relevantes do centro e o agrupamento de escolas rurais, tanto do ponto de vista da gestão quanto dos aspectos relacionados a ela e com a aprendizagem dos alunos. Nos ajudam a aprofundar o conceito de democracia escolar na escola rural como um processo que é necessário para viver.

A defesa da educação democrática é a defesa do direito de viver uma vida possível de ser vivida (BUTLER, 2018, p. 51, 72) e isso faz negociações serem necessárias. **Em PERCURSO ESCOLAR, PLURALISMO DEMOCRÁTICO E MARCADORES SOCIAIS DA DIFERENÇA: NECESSÁRIAS NEGOCIAÇÕES** Fernando Seffner (UFRGS) e **Fernanda Pereira de Moura** (Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro) ampliam nosso debate sugerindo que a democracia pode ser entendida como forma social e política envolvida na criação e conservação de direitos, e na qual se considera o conflito como algo legítimo e necessário, cabendo ao coletivo construir formas não autoritárias de gestão desse conflito. Pela etnografia de cenas escolares do período da ocupação das escolas públicas no Rio Grande do Sul em 2016, mostram a produtividade dos debates envolvendo gênero para criação de um ambiente de discussão democrática nas escolas onde pluralismo e a diversidade de ideias e opiniões são elementos produtivos e positivos na educação escolar.

É o encolhimento da ideia de pluralismo e democracia nos debates, documentos e manuais de formação de professores na Suécia e na Irlanda que preocupa **Silvia Edling** (University de Gavle) e **Geraldine Mooney Simmie** (Universidade de Limerick) ao trazerem suas pesquisas sobre **DEMOCRACIA E EMANCIPAÇÃO NA FORMAÇÃO E PROFESSORES: UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO SOMATIVA DA ATRIBUIÇÃO DEMOCRÁTICA DE FORMADORES DE PROFESSORES EXPRESSA EM POLÍTICAS PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA SUÉCIA E IRLANDA DE 2000 A 2010**. Com leitura particular da obra de Paulo Freire as autoras trazem várias estruturas teóricas que se posicionam discursivamente em relação a democracia e emancipação na formação de professores e no chamam da atribuição democrática de professores. Suas descobertas indicam que, apesar de diferenças culturais e contextuais significativas entre os dois sistemas educacionais, palavras-chaves ligadas a democracia e emancipação diminuíram de forma significativa em documentação de

políticas públicas em ambos os países nesses períodos, levando-as à hipótese de que uma mudança de paradigma ocorreu no posicionamento discursivo da atribuição democrática de formadores de professores.

Desdobrando e realocando o debate **Ângela Cristiana Alves Albino** (UFPB) e **Rute Pereira Alves de Araújo** (UFCG) fazem importante análise que desconstrói alguns discursos produzidos em torno da compreensão de Currículo a partir do texto da BNCC indagando **SER OU NÃO SER UM CURRÍCULO? CONTESTAÇÕES EM TORNO DA DEFINIÇÃO (ANTI)DEMOCRÁTICA DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR**. Outro artigo traz resistências democráticas às políticas de controle e padronização curricular, em **OS “CAMINHOS DE CANOA” DOS CURRÍCULOS DE UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM MANAUS: CRIAÇÕES E [RE]EXISTÊNCIAS** a jovem pesquisadora **Ceane Andrade Simões** (UEA) discute, a partir do recusal epistêmico-metodológico dos estudos com os cotidianos, as possibilidades emancipatórias dos currículos na primeira escola de tempo integral mantida pelo poder público municipal de Manaus desde o ano 2016 e situada nas proximidades de um igarapé. São “caminhos de canoa” situações que vêm a exigir de seus praticantes engenhosidades e astúcias diárias em situações de difícil “navegabilidade” social como luta por justiça social e pela educação democrática.

A defesa da educação democrática é também a assunção de limites e conflitos e conjuga ampla diversidade temática, entre as quais estão os **SONS E IDEAIS PELA DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO DE MÚSICA: VILLA-LOBOS NO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO**. Tendo como horizonte as articulações políticas e pedagógicas do maestro Heitor Villa-Lobos com três signatários do Manifesto da Educação Nova (1932), o artigo percorre o eixo histórico e musicológico trazendo informações, tensões e questões acerca das articulações políticas e pedagógicas e enfrentando a idealização na relação nem sempre democrática com os estudantes. Compreendemos que a promulgação de informações do ensinoaprendizagem da música na era villa-lobiana, pode fornecer alicerces para repensar as proposições e ações para o campo, na contemporaneidade e na direção da democratização de todas as áreas, espaços e níveis de ensino.

Registrando as ameaças à democracia, **Maria Zuleide da Costa Pereira** (UFPB), **Letícia Ramos** (doutoranda PPGE/UFPB) e **Miriam Espíndula dos Santos Freire** (doutoranda PPGE/UFPB), analisam a conjuntura política de direitos negados, entre eles, o direito a uma educação pública e democrática. Partindo da ideia de democracia agonística de Mouffe (1996, 2003, 2007), numa perspectiva pós-estrutural, no artigo **DEMOCRACIA E AS RECENTES REFORMAS DAS POLÍTICAS CURRICULARES NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL** apresentam debates acerca dessas reformas curriculares que se intensificaram e sob a égide de políticas neoliberais e neoconservadoras e que propuseram algumas versões de propostas curriculares. Para as autoras, então, constituem-se uma ameaça real à educação democrática no Brasil, não só pela pseudoparticipação dos docentes, mas também pela rapidez com que foram elaboradas e homologadas.

Esse número se encerra, sem que as questões se esgotem nem o dossiê termine, no artigo **AS REDES DE CONVERSACIONES ENTRE LICENCIANDOS COMO AGÊNCIA PARA PENSAR OS ENCONTROSFORMAÇÃO COM**

PROFESSORES: UMA EXPERIÊNCIA NO IFES. O artigo tece relações entre os campos do currículo e da formação com licenciandos, questionando nos encontros formação a ênfase na solução ou na invenção de problemas. A partir da filosofia da diferença de Gilles Deleuze e Félix Guattari, a cartografia produzida entrelinhas do desejo e processos (des)(re)territorializantes, com vistas à propagação do que pode um corpo em encontros formação na educação básica por meio do Estágio Supervisionado. As autoras **Priscila dos Santos Moreira** (IFES) e **Janete Magalhães Carvalho** (UFES) enfatizam a emergência da singularidade e da diferença produzindo invenção de outros possíveis.

No próximo número da REVISTA LINGUAGENS, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE/UFPI, a questão da diferença é retomada pelo líder da luta contra o Escola Sem partido, **Fernando Penna** (UFF). Argumentando que o que constitui a educação democrática deve ser um debate constante nas diferentes sociedades, porque, em cada contexto, determinados desafios devem ser enfrentados, o autor apresenta disputas com relação a políticas públicas para o campo educacional. Responde ao discurso reacionário, que ataca o conhecimento educacional, entendendo que isso pode nos ajudar a definir o que é a educação democrática e pensar estratégias para fazer a sua defesa no debate público. Nesse debate traz, como também Cruz e Macedo e Seffner e Moura a questão da educação domiciliar e da luta contra os conservadorismos flamejantes na atualidade. **EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA: A ESCOLA COMO ESPAÇO DO DISSENSO** produz reflexão teórica sobre a especificidade da socialização que acontece no espaço escolar a partir do conceito de dissenso de Jacques Rancière. Sua conclusão aponta para a importância do compromisso das escolas com uma socialização aberta para o dissenso e, também, da educação escolar para a vida democrática das nossas sociedades.

Questionando o mesmo cenário onde a conjuntura política vem concretizando ataques à direitos historicamente constituídos, estimulando a intolerância e produzindo reações favoráveis ao racismo, misoginia e a criminalização de movimentos sociais, ou seja, atitudes que ameaçam a democracia brasileira, **Eliana de Sousa Alencar Marques** (UFPI) pergunta: como garantir na atual conjuntura política uma educação que colabore com o fortalecimento da democracia brasileira? E completa, que frente ao cenário que se materializa é urgente e necessária a discussão sobre educação pública democrática, laica, gratuita e de qualidade para todos os cidadãos como condição fundamental no enfrentamento da realidade concreta. Nessa direção, o artigo **EDUCAÇÃO PARA FORMAÇÃO HUMANA: PRÁTICA DE ENFRENTAMENTO EM MEIO À CRISE DA DEMOCRACIA BRASILEIRA** sinaliza que a educação para formação humana representa nesse cenário de luta, força capaz de produzir movimento de oposição ao projeto em curso no país.

E temos visto, de fato, pr'além das lutas pelo direito à educação para todos, as juventudes, as mulheres, os movimentos negros, os movimentos pelos direitos LGBTI+, movimentos sociais, levando às ruas, escolas e universidades seus projetos e corpos em aliança que exigem outras teorias e léxicos para pensar a democracia. Essa defesa da educação democrática passa pelo reconhecimento do direito das pessoas jovens adultas à escolarização como indicam **Natália Cristina Goiabeira dos Santos** (UFMA) e **Lélia Cristina Silveira de Moraes** (UFMA). Discutindo o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e

Adultos (PROEJA), que foi instituído, em âmbito federal, por meio do Decreto nº 5.478/05, o artigo **EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: o PROEJA** no resgate do direito à escolarização e profissionalização debatem a proposta de formação omnilateral do trabalhador do currículo integrado no âmbito da rede federal de ensino, no estado do Maranhão. Inferem que o PROEJA foge do escopo de uma política compensatória, colocando-se na perspectiva de resgate do direito do jovem e adulto que retorna à escola a uma escolarização e profissionalização fundamentadas em bases científicas, tecnológicas, envolvendo o trabalho e a cultura e, assim, vislumbrando uma formação integral da pessoa jovem ou adulta, cidadã, que lhes possibilite compreender e se compreender no mundo. Numa perspectiva de educação para democracia, o currículo desenvolvido é transpassado por uma complexidade, que envolve o conteúdo, a formação e prática dos professores, as condições objetivas da escola para materializá-lo, contudo docentes, discentes e gestores compreendem a necessidade de garantir esse direito.

A defesa da educação democrática não prescinde da desconstrução dos léxicos das teorias democráticas nem das suas performatividades. “Afinal de contas, existe uma força indexical do corpo que chega com outros corpos a uma zona visível para cobertura da mídia: é esse corpo e esses corpos que exigem emprego, moradia, assistência médica e comida” (BUTLER, 2018, p. 15, 16) e educação. São esses corpos que existem porque resistem nas escolas e universidades e que com suas existências precárias (p. 17) denunciam a precariedade de todos nós conclamando à luta por vidas mais vivíveis, pelo direito de ser, aparecer porque se a educação é democrática ela é de todes, com todes e para todes “as pessoas cidadãs, por isso é popular, gratuita, laica, inclusiva, de qualidade social e se contrapõe a todas as formas de preconceito sendo antirracista, antimachista, antissexista, antimisógina, antixenófoba, antilgbtifóbica, anti adultocentrica” (CONAPE, 2018).[^]

A defesa da educação democrática, conforme tratamos nesse dossiê, nos compromete, no dissenso, com educação e democracia que são lugar da diferença, emaranhados de eus, histórias, contextos, desejos que merecem atenção maior diante de um contexto nacional e global de ameaça à democracia e à educação pública.

Por fim, a defesa educação democrática nos impõe sermos otimistas “já que o pessimismo é um luxo para os ricos” (COUTO, 2011, p. 28).

Referências

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CONAPE. PROPOSTA DOCUMENTO BASE PLANO DE LUTAS. 2018. Disponível em:

http://fnpe.com.br/docs/documentos/docsconferencia/proposta_documento_base_plano_de_lutas_final_apreciacao_pleno-22-05-2018.pdf Acesso em: 15.out.2018.

COUTO, M. *E se Obama fosse africano?: e outras intervenções*. São Paulo: Cia Letras, 2011.

OLIVEIRA, I., SÜSSEKIND, M.L. Do tsunami conservador e resistência: a CONAPE em defesa da educação pública. EDUCAÇÃO E REALIDADE [NO PRELO], 2018.